



Nuno Costa Santos

# Arquipélago de Encontros

Gostei muito de participar na 36.ª edição dos Colóquios da Lusofonia, liderados por Chrys Chrystello e que este ano cumpriram 20 anos de existência. Foi bom estar ali, no auditório do Centro Cultural Natália Correia, entre tantos de tantos lados. Na mesa em que participei voltaram a reunir-se, ao fim de três anos, aqueles que estiveram por detrás do programa Mal-Amanhados: o Luís Filipe Borges, o Alexandre Borges e este escriba das crónicas do Corpo Santo. Bom estar ali, com companheiros de há muito, naquele ambiente comunitário. Pude conhecer, finalmente, a mais do que amável Helena Chrystello – ela que publicou, por estes dias, pela editora Letras Lavadas, a “Nova Antologia de Autores Açorianos”, acompanhada de um prefácio de Aníbal C. Pires. O que fazem é aquilo que se chama “serviço público” cultural e por isso merecem a maior das considerações e das gratidões.

A certa altura, o Chrys trouxe para a conversa o Arquipélago de Escritores, mostrando que isto dos encontros culturais se faz de colaboração e de partilha. Que os objectivos são comuns e passam, acima de tudo, pela contribuição para o progresso cultural da região. Os Açores valorizados por aquilo que criam e como espaço anfitrião de várias vozes de diferentes pontos do mundo. Simples e decisivo.

O Arquipélago de Escritores volta a acontecer a partir de amanhã e deixo algumas linhas soltas sobre o assunto – porque é o assunto que me ocupa e os leitores sabem do sentido de urgência pessoal destas crónicas.

Este ano alargámos a nossa comunicação com outros departamentos artísticos. Agrada-nos ter no mesmo encontro o lançamento de um livro sobre as históricas bibliotecas da Gulbenkian, tão importantes para uma certa geração

de leitores, sobretudo fora dos centros urbanos, e uma conversa sobre fanzines nestes dias internéticos. Também haverá uma conversa, com actores, realizadores, sobre o que é fazer teatro, cinema e televisão nos Açores, intitulada “Somos Tão Dramáticos”.

Este ano a música é assunto central. No primeiro ano semeámos essa relação entre literatura e música com o concerto (excelente) de Medeiros-Lucas no Teatro Micaelense e fomos aprofundando essa dança sem a conceptualizar. Foi acontecendo. Há mais concertos e outras acções. É um motivo de satisfação maior podermos ter, entre os nossos gestos, o livro “Letras de Canções e Outros Rascunhos”, de António Melo Sousa, conhecido letrista - e radialista - açoriano, nascido em Santa Maria e há muito a viver em São Miguel. Sabe-se que o António viveu durante anos nos EUA e trouxe de lá uma série de referências afectivas e ideológicas. Muitas delas são consagradas no livro. E há os poemas, escritos nos anos 80, com vista para o mar.

Vasco Pereira da Costa vai ser celebrado, agora que cumpre 50 anos de vida literária. A propósito, diga-se que Vasco traz muita música no sangue. Ocorre-me, a propósito, um dos poemas do seu último livro chamado “David ao Som de Dylan”.

E há os roteiros literários pela cidade de Ponta Delgada e Angra, inaugurados na primeira edição e agora desenvolvidos com mais protagonistas.

Atenção que também há petiscos e copos no meio do caminho. Como diz a Natália, a poesia é para comer, mas, se pensarmos bem, a verdade é que não alimenta assim tanto. Um brinde, desde já, a quem se quiser juntar a esta “mesa de amigos”.



Mário Abrantes

# Sobre o Plano de Investimentos nos Açores para 2023

Muito está ainda por definir no Plano e Orçamento da Região para o ano de 2023, já que o governo apresentou recentemente apenas a sua anteproposta para o plano de investimentos. No entanto, tal documento desde já nos merece algumas considerações.

Encerrado o infeliz capítulo do “choque fiscal” como recurso apressado de combate à crise inflacionária galopante, mesmo antes de se saber que ela ia acontecer, saudamos naturalmente, caso se venham a acertar de forma minimamente consensual, algumas medidas regionais, complementares às da República, de mitigação social dos efeitos dos aumentos de preços, nomeadamente no respeitante aos aumentos da remuneração complementar da função pública, aos complementos sociais (abono de família, pensões, ação social escolar), ou à bonificação de juros para o crédito à habitação para cidadãos mais afetados. Saudamos ainda a disponibilidade manifestada para apoiar a capitalização de micro e pequenas empresas, desde que tais apoios, ao contrário do que tem sucedido, não fiquem no papel e cheguem em tempo útil.

Estas medidas, boa parte delas conjunturais e paliativas, escondem entretanto uma realidade menos digna de saudar. O pomposo anúncio do endividamento Osó seria compreensível se a Região tivesse perdido o crédito, coisa que está longe de acontecer (apesar do forte endividamento deste governo tanto em 2021 como em 2022), e se não estivesse carente de investimento público como de pão para a boca. Assim esse anúncio significa de facto uma ainda maior quebra nesse investimento para o próximo ano (mais de 120 milhões de euros), coisa que, mesmo com o recurso ao crédito, já vinha acontecendo nos anos anteriores. Basta chamar à pedra, por exemplo, as carências estruturais aviltantes cada vez maiores no âmbito do Serviço Regional de Saúde, tanto em meios técnico/assistenciais como humanos, ou a carên-

cia consolidada e crescente de pessoal auxiliar nas escolas dos Açores. Ao contrário das afirmações do Secretário Duarte Freitas e no respeitante à melhoria não apenas paliativa das condições de vida dos açorianos não é assim que se está respondendo “com constância e assertividade, a quem mais precisa” ...

Afirmção que se reitera no respeitante ao combate ao persistente cancro da precariedade laboral e à melhoria das condições salariais mais gerais, em particular no setor do turismo e da construção, mas também em outros sectores incluindo a administração regional, áreas onde a propósito desta anteproposta nos deparamos com a prática ausência de medidas corretivas. Embora com carácter complementar ao Plano, sem implicar a sua inscrição orçamental, uma medida profundamente justa e dinamizadora do equilíbrio regional na distribuição dos rendimentos: o aumento de 5 para 7,5% do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, apesar de insistentemente reivindicada, continua a ser negada aos trabalhadores açorianos pelo seu governo, em obediência às imposições dos representantes patronais de algumas Câmaras de Comércio.

Da SATA a revelação escusada (apenas para cativar algum suporte parlamentar do governo, mais à direita ainda) de que em 2023 não haverá transferências do orçamento regional para apoios extraordinários ao Grupo. Pois se foi isso mesmo que, cedendo à privatização da companhia nas costas dos açorianos, o governo regional negociou com Bruxelas!!! Faltou referir, no entanto, a fatura pública da privatização que, caso venha a acontecer, pesará volumosamente nos bolsos de quem vive nestas ilhas e também dos portugueses em geral, a começar pelos custos da Comissão Técnica prometida já para este ano e a acabar nos avultados encargos de que serão isentados, no ato de alienação, os possíveis futuros compradores da Azores Airlines...